

O TRONO E O ALTAR

Teresa M. Malatian Roy
(Unesp – Franca, SP)

O período que entremeia a proclamação da República e a Revolução de 1930 tem sido comumente apontado como aquele que viu surgir no pensamento político, social e religioso brasileiro o autoritarismo. Vários pensadores, como Oliveira Vianna, Octávio de Faria, Francisco Campos, inclinaram-se para a chamada “vertente autoritária”, e, embora não tivessem todos eles chegado a ver suas teorias postas em prática, as idéias que defenderam são decisivas para a compreensão das mudanças ocorridas em 1930 e que culminaram com o Estado Novo.

Quando nos referimos à corrente autoritária de pensamento temos em mente aqueles autores que postulavam a implantação de um Estado forte, a extinção de partidos políticos e a predominância do princípio de autoridade sobre o princípio de liberdade, tendo como justificativa ou fim último a implantação de uma *ordem* insistentemente procurada.

O pensamento católico, no período em questão, também estava impregnado de autoritarismo. Desde a proclamação da República, a preocupação com a *ordem*, presente tanto no Catolicismo como no Positivismo, resultara num compromisso tácito entre o grupo que derrubou a monarquia e a hierarquia dos católicos. De um lado, esse compromisso significou para a Igreja Católica a libertação das restrições regalistas, que decorriam do padroado, e certa autonomia que viria a se revelar menos fecunda do que parecia quando ocorreu a laicização do Estado. Por outro lado, o compromisso tácito estabelecido entre o governo provisório e a hierarquia implicava que enquanto o Estado não hostilizasse a Igreja, mereceria dela apoio incondicional, tendo sempre em vista a obtenção da ordem na sociedade.

Entretanto, essa separação da Igreja do Estado logo foi entendida como desvantajosa pela hierarquia católica e o Estado republicano passou a ser encarado como inimigo, apesar de ser também defensor da ordem. A condenação do positivismo, juntamente com o materialismo e o liberalismo, pela Santa Sé, despertou nos católicos a necessidade de uma reação.

Dessa forma, a reação espiritualista da década de 20, inspirada na doutrina pregada por Leão XIII, defendia ao lado da ordem, a recatolização da sociedade brasileira. Em troca da ordem republicana, amea-

çada pelos movimentos armados, propunha a ordem católica. Oferecia a religião como princípio ordenador da sociedade, inspirador da moral, da política e da economia. Os temas da contra-revolução, da autoridade, do nacionalismo, do anti-materialismo e do antiliberalismo impregnaram o catolicismo dos pensadores que se colocaram na vanguarda do movimento.

Entretanto, se o Estado liberal democrático era criticado, a posição da Igreja foi paralela ao governo, nos momentos em que este foi contestado, como no episódio das cartas falsas de Artur Bernardes. Tanto é que Jackson de Figueiredo, a principal figura do catolicismo na década de 20, ao lado de D. Leme, chegou a aderir à monarquia absoluta mas, coerente com a posição que havia assumido em defesa da ordem, não chegou a defendê-la publicamente.

Ao lado da condenação do liberalismo por Pio IX, influía sobre o Catolicismo autoritário toda a gama de pensadores tradicionalistas europeus, como o visconde de Bonald, Joseph de Maistre, Donoso Cortes, Charles Maurras e outros defensores da contra-Revolução e inimigos ferrenhos da liberal-democracia.

A **Ação Imperial Patrianovista Brasileira**, objeto de estudo de nossa dissertação de mestrado, foi um movimento que expressou as idéias nacionalistas e autoritárias no final da década de 1920 e início dos anos 30. Idealizada por Arlindo Veiga dos Santos, visava instaurar nova monarquia no Brasil, baseada numa filosofia política conservadora. Movimento essencialmente católico, seu aparecimento se liga ao Centro D. Vital e à chamada "reação espiritualista" da década de 20. Em 1928, um grupo de jovens católicos, quase todos congregados marianos, liderados por Veiga dos Santos, fundou em São Paulo o Centro Monarquista de Cultura Social e Política Pátria-Nova, que se transformaria posteriormente na AIPB. Filiando-se ao neotomismo, aconselhado por Leão XIII na encíclica *Aeterni Patris*, o grupo dos neomonarquistas uniu as idéias corporativistas ao antiliberalismo, defendendo a implantação de um III Império brasileiro, antidemocrático, antiparlamentar, orgânico e ligado à Igreja Católica, embora sem as peias do padroado. O Credo, ponto básico de seu programa político, estabeleceu-se quase como "ideologia" de estado, a ser imposta não pela coação mas pela conscientização resultante de obra educativa.

Fazendo da busca da ordem sua bandeira, os patrianovistas acreditavam na necessidade da contra-Revolução que salvasse a pátria ameaçada e restaurasse, mediante o trono e o altar, a sociedade ideal que a República destruía. Embora negassem o cunho restaurador do movimento o apego à tradição, aliado à valorização do Brasil Império, faziam do seu programa salvacionista uma volta ao passado. Por outro lado,

sendo defensor do antiliberalismo, não se tratava de movimento de vanguarda, pois essa posição vinha sendo defendida por católicos desde Pio IX. A preocupação com a questão social e a busca da ordem levou-os a procurar uma solução que resolvesse os conflitos entre o capital e o trabalho sem alterar a ordem vigente, ou seja, a estrutura capitalista. Defendido por Leão XIII, o corporativismo liga-se também às correntes nacionalistas da época e representa uma faceta a mais na doutrina tradicionalista do Patrianovismo.

A AIPB foi um movimento pouco denso. Difundiou-se, porém, em várias regiões do país, conseguindo maior amplitude no sul. Se o movimento não alcançou êxito, não foi somente devido ao preconceito existente no Brasil contra a monarquia. A maior fraqueza da AIPB vinha de sua falta de organização, das concessões ao personalismo e ao autoritarismo dos chefes, que resultaram em cisões e desistências.

Se a referência obrigatória da monarquia ao catolicismo, no ideário da AIPB, revestia a missão dos patrianovistas de certa sacralidade, o caráter declaradamente religioso do movimento não implicou aceitação uniforme pelo clero. Se houve padres que aderiram a ele, como em Minas Gerais, houve também aqueles que se opuseram a ele, como D. Gastão Liberal Pinto, em São Paulo. Faltam-nos elementos para uma análise mais precisa da real posição, ao menos oficial, da hierarquia católica, com relação ao movimento.

Entretanto, podemos afirmar que a AIPB constituiu-se num prolongamento da “reação espiritualista” que movimentou os católicos no final da Primeira República. De certa forma, esse movimento foi uma prolongação das atividades empreendidas por Jackson de Figueiredo; retomou desde líder católico o monarquismo incipiente e o afirmou claramente, visando a recatolização da sociedade e a aproximação entre Igreja e Estado.